

BOLETIM 88

Brasília, 23 de março de 2016

Confederação reúne Diretoria para discutir situação nacional

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM) reunirá sua Diretoria, no dia 30 de março (quarta), na sede nacional da entidade, em Brasília, com o objetivo de discutir o Relatório da diretoria residente e demais diretores; debater o informe da Presidência da entidade sobre a atual conjuntura política e econômica do país; e avaliar as sugestões de pauta para a Mesa Nacional da Construção.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, “a reunião da direção da CONTRICOM ocorre num momento crítico, tanto na política como na economia, pois o nosso segmento está sendo o mais afetado pela recessão e o desemprego que atinge os trabalhadores”.

“Nosso encontro servirá para analisar as propostas que temos sustentado junto ao governo, aos empresários e à sociedade como um todo e receber novas sugestões que fortalecem a luta e a unidade dos trabalhadores da construção civil pela retomada do crescimento e da empregabilidade em nosso país”, sentencia Mazinho.

Conselho Fiscal - Dois dias antes, também na sede da CONTRICOM, dias 28 e 29 de março, o

Conselho Fiscal da entidade fará reunião com a finalidade de analisar os documentos contábeis da Confederação e a elaboração do relatório.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Jorge Moraes (segundo à direita), do STICM de Maringá (PR), representa a CONTRICOM na organização do VII CMATIC e é coordenador do Comitê Permanente Nacional que trata das questões relativas à segurança e saúde do trabalhador. Na foto (primeiro à direita), o presidente do STICM de Brasília, Raimundo Salvador, do comitê local

CONTRICOM participa do VII CMATIC e reafirma a luta pela segurança e saúde do trabalhador

Brasília (DF) vai sediar o VII CMATIC – Congresso Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, que acontece de 12 a 15 de abril, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães. A história de construção da cidade foi marcada pela ocorrência de muitos acidentes de trabalho, como mostra o documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra”,



de Vladimir Carvalho, que continuam ocorrendo até os dias hoje, apesar da luta do movimento sindical e dos trabalhadores.

Nesse cenário, o evento possibilita um debate sobre a responsabilidade social dos empresários, na utilização de tecnologias avançadas, na qualidade das informações e principalmente na valorização das potencialidades humanas na área. Cursos, painéis e palestras fazem parte da programação. O CMATIC envolve ações conjuntas entre o governo federal, entidades representativas dos trabalhadores e dos empregadores do setor.

O Congresso traz esse ano como tema principal “Inovações Tecnológicas na Indústria da Construção: Construindo Novos Rumos em Segurança e Saúde no Trabalho” e reúne participantes do Brasil e também de outros países.

A ideia é a troca de conhecimentos, conceitos e informações técnico-científicas entre as diversas instâncias governamentais e a sociedade civil organizada.

Mediante troca de experiências, o objetivo é difundir e incentivar ações na indústria da construção que tenham como objetivo garantir o trabalho saudável, seguro e digno. O evento traz espaço para estimular o debate e a implementação de sistemas de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

O VII CMATIC é aberto a empresários da área, trabalhadores, engenheiros, enfermeiros do trabalho, técnicos, estudantes e público interessado no que há de novidades e tecnologia sendo utilizadas na indústria de construção.

As inscrições gratuitas podem ser feitas no portal da Fundacentro. No site do evento, é possível conhecer a programação e detalhes sobre os fóruns preparatórios que ocorreram no país.

VII CMATIC
CONGRESSO NACIONAL SOBRE CONDIÇÕES
E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

**Inovações tecnológicas
na indústria da construção:
construindo novos rumos
em segurança e saúde
no trabalho**

O evento reunirá participantes de todo o Brasil e de outros países para apresentação de temas e experiências inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da construção, tendo como prioridade a segurança e a saúde do trabalhador.

12 a 15 de abril
8h às 18h
Centro de Convenções
Ulysses Guimarães | Brasília-DF
Inscrições gratuitas
www.fundacentro.gov.br/vii-cmatic/inscricoes

CONTRICOM – Francisco Chagas Costa – Mazinho, presidente da CONTRICOM – entidade que participa diretamente da organização do VII CMATIC, afirma “que será mais uma oportunidade para debatermos um assunto que continua afligindo milhões de trabalhadores em todo país, principalmente os da construção civil, que continuam sendo vítimas da irresponsabilidade e do descaso de empresas que relegam a segundo plano a segurança dos operários”.

Mazinho lembra que “ainda em 2015 participamos de audiência pública no Senado, coordenada pelo senador Paulo Paim, quando exibimos um vídeo com o flagrante de vários acidentes de trabalho. Quem vê esse vídeo depara-se não apenas com acidentes, mas com



assassinatos de trabalhadores, motivo pelo qual temos que chamar a responsabilidade do governo e das empresas, inclusive para alterar a legislação vigente, de modo a penalizar esses que, ao nosso ver, são verdadeiros assassinos”.

O secretário para Assuntos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da CONTRICOM, Jairo José da Silva, por sua, ressalta “a importância do encontro no momento em que o setor é atingido por uma grande onda de desemprego, momento que precisamos reforçar as medidas de proteção do trabalhador, dentro e fora de seu ambiente de trabalho”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

CONTRICOM reivindica novo enquadramento de entidades sindicais

A CONTRICOM, através de seu presidente, Francisco Chagas Costa – Mazinho, encaminhará, através de sua assessoria jurídica, expediente à Secretaria de Relações do Trabalho – órgão do Ministério do Trabalho – com o objetivo de solicitar o imediato enquadramento de 33 entidades sindicais de base em sua área de representação.

Esses sindicatos, apesar da CONTRICOM ser a legítima representante dos trabalhadores da construção e do mobiliário em todo país, o que foi confirmado recentemente por decisão unânime da 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na ação movida originalmente pela CNTI contra a CNTIC, confirmando decisões de 1ª e 2ª instâncias, continuam vinculados à CNTI, entidade

para a qual são destinadas, atualmente, suas contribuições sindicais.

Mazinho avalia que “não tem mais sentido isso continuar acontecendo” e entende que “o Ministério do Trabalho já poderia tomar as providências necessárias, principalmente agora depois dessa decisão judicial, pois os recursos provenientes dessas entidades são importantes para fortalecer a luta da CONTRICOM nesse momento de crise em que o emprego formal do segmento está sendo tão ameaçado”.

Entre as entidades que se encontram nessa situação, todas do plano de representação da CONTRICOM, estão as seguintes: Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Lagoa Vermelha (RS); Niterói (RJ); Oeste da Bahia; Ouro Preto (MG); Viamão (RS); São Gonçalo (RJ); Micro Região de Oeiras (PI); Carandaí (MG); Ilhéus (BA); Formiga (MG); Contagem, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos e Esmeraldas (MG); Caçapava do Sul (RS); Floriano (PI); Diamantina (MG); Angra dos Reis e Paraty (RJ); Amapá (estadual); Acre (estadual); Betim (MG); Santa Izabel, Benevides, Santo Antonio e Bujaru (PA); Teutônia e Estrela (RS); Sindicato dos Eletricitários do Norte do Pará; Sindicato dos Industriários de Asfalto e Desenvolvimento Urbano de Teresina (PI); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria de Cerâmica para Construção de Cimento, Cal e Gesso do município do Rio de Janeiro (RJ); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Madeira, Compensados, Laminados, Aglomerados, Serrados, Acessórios e Assemblados de Imitação (PR); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins de Minaçu e Cavalcanti (GO); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pincéis, Palitos, Madeiras e Móveis

de Castro (PR); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerâmica para Construção dos Estados de Goiás e Tocantins; SINDIPLAST de Esteio (RS); e Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Madeira de Belém (PA).

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Comissão do Impeachment não leva em conta delação e governistas querem nova notificação de Dilma

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, disse nesta terça-feira (22) que não será necessária uma nova notificação da presidente Dilma Rousseff sobre a instalação da comissão especial encarregada de analisar o pedido de impeachment diante da decisão do presidente do colegiado, deputado Rogério Rosso (PSD-DF), de não incluir no processo o conteúdo da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

A decisão de Rosso foi anunciada nesta terça, em reunião da comissão: o parecer do

relator, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), não poderá mencionar as informações de Delcídio. O trabalho do colegiado ficará restrito à denúncia original contra Dilma aceita por Cunha em dezembro de 2015, que trata das chamadas pedaladas fiscais. Já a delação de Delcídio refere-se às denúncias sobre corrupção na Petrobras investigadas na Operação Lava Jato.

Cunha lembrou que Dilma já havia sido notificada pela primeira vez em dezembro e foi novamente na semana passada — justamente porque as informações sobre a delação foram juntadas no último dia 17 ao pedido de impeachment por solicitação dos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal, autores do requerimento original.

“A retirada [da delação de Delcídio] significa que agora há menos documentos [na denúncia contra Dilma]. Então, é óbvio que não há de se falar em nova notificação da presidente”, ressaltou Cunha.

Contagem de sessões - Os aliados do governo na comissão especial defendem agora uma nova notificação de Dilma e a reabertura de prazo para a defesa da presidente. O prazo começou a contar na sexta-feira (18) e é de dez sessões do Plenário, sendo que já foram realizadas três sessões. O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) é um dos governistas que vão apresentar questão de ordem.

“Da notificação à presidente Dilma constou um anexo [a delação] que não deveria constar. Assim, já que essa citação foi irregular e ilegal, ela deveria ser refeita. Eu vou entrar com questão de ordem para o refazimento da citação e, portanto, reabertura do prazo”, disse Teixeira.

Eduardo Cunha, no entanto, afirmou que nem mesmo a notificação da semana passada era



necessária: “A citação só foi feita de novo única e exclusivamente porque foram acrescentados documentos.”

Rogério Rosso disse que aguardará a questão de ordem de Paulo Teixeira para se pronunciar. “Este momento exige cautela, para não haver nenhuma decisão que possa protelar ou suspender os trabalhos”, avaliou. Ele ressaltou que o País espera um desfecho para o caso.

Atribuição da Câmara – Ao anunciar a decisão de não incluir a delação no objeto de análise da comissão especial, Rogério Rosso ressaltou que à Câmara compete apenas autorizar ou não a instauração do processo de impeachment pelo Senado, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

"A atuação da Câmara deve ser entendida como parte de um momento pré-processual, anterior à instauração do processo pelo Senado. A Câmara apenas autoriza a instauração do processo, não o instaura por si própria", esclareceu Rosso. "Em suma, esta comissão deve se limitar aos termos da denúncia admitida e aos seus documentos iniciais. No relatório, não deve constar menção a quaisquer documentos novos encaminhados", acrescentou.

Porém, Rogério Rosso observou que, como as informações sobre a delação premiada de Delcídio são públicas, ninguém poderá impedir os deputados de falarem sobre elas ou de levá-las em consideração ao formarem o seu juízo.

O relator Jovair Arantes acrescentou que a decisão de Rosso foi a "mais sensata", para não haver questionamentos na Justiça. “Não queremos cometer nenhum deslize que possa protelar as decisões”, reiterou. “No relatório, não acatei, não vou acatar nenhum tema novo.”

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) anunciou que recorrerá à Presidência da Câmara contra a decisão de Rosso.

Próximos passos - A expectativa do relator é ouvir, na próxima semana, os autores da denúncia e o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira. Em seu plano de trabalho, Jovair Arantes destaca que não haverá, na comissão especial, depoimentos de testemunhas voltadas à comprovação da veracidade dos fatos contidos na denúncia.

Fonte: Agência Câmara

Comissão de Orçamento firma acordo para votar contas de Dilma hoje

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), anunciou a existência de acordo firmado pelos líderes partidários no colegiado para limpar a pauta de votações hoje e, assim, conseguir analisar as contas da presidente Dilma Rousseff de 2014 nesta quarta-feira (23).

“Vamos votar por acordo todos os itens anteriores às contas da Presidência da República”, disse Rose de Freitas. Na semana passada, não houve entendimento para votar o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que aprova, com ressalvas, as contas de Dilma de 2014.

A senadora destacou que a CMO tem pressa em limpar a pauta, pois a atual composição do colegiado se encerra no próximo dia 29.



Pelo acordo, as contas devem ser o último item da pauta com 21 itens, entre medidas provisórias de crédito extraordinário (702/15 e 715/16), requerimentos e relatórios de gestão fiscal do governo federal.

As contas de 2014 do governo foram analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que recomendou ao Congresso Nacional a rejeição da matéria.

Fonte: Agência Senado

Câmara aprova em 1º turno PEC de pisos maiores para gastos com a saúde

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 402 votos a 1, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 1/15, do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), que estabelece pisos maiores para os gastos da União com saúde pública.

O texto, uma emenda assinada por vários líderes, foi fruto de acordo entre o governo federal e a Frente Parlamentar da Saúde.

Segundo a proposta, a partir do primeiro ano seguinte ao da promulgação da futura emenda constitucional, a União terá de destinar 14,8% da Receita Corrente Líquida (RCL) até chegar a 19,4% ao longo de sete anos.

Se aplicada em 2015, ela significaria R\$ 99,82 bilhões para o setor (14,8% de R\$ 674,52 bilhões de RCL realizada).

Fonte: Agência Câmara

Deputados aprovam inclusão do TST entre os órgãos do Poder Judiciário

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (22), em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição 11/15, do Senado, que inclui explicitamente o Tribunal Superior do Trabalho (TST) entre os órgãos do Poder Judiciário. A matéria, aprovada por 384 votos a 26 e 7 abstenções, será enviada à promulgação, pois não houve mudanças em relação ao texto enviado pelo Senado.

A intenção da proposta é corrigir lapso do constituinte original que colocou na Constituição de 1988 apenas os tribunais e juízes do trabalho como órgãos do Poder Judiciário, sem explicitar o tribunal superior.

A exemplo do que ocorre com o STJ, a PEC estabelece no texto constitucional que cabe ao TST processar e julgar, originariamente, reclamação (recurso de revista) para preservar sua competência e garantir a autoridade de suas decisões.

De acordo com TST, a igualdade constitucional do TST com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi um dos parâmetros para a aprovação da PEC. A campanha para esse reconhecimento foi iniciada em 2010.

Fonte: Agência Câmara



Procurador confirma nomes de envolvidos nas irregularidades no Carf

O procurador da República Frederico Paiva, responsável pelas investigações da Operação Zelotes no Ministério Público, admitiu em depoimento à CPI do Carf que há suspeitas de envolvimento de integrantes e ex-integrantes do governo no esquema de favorecimento a empresas nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na aprovação de medidas provisórias que deram benefícios fiscais a setores da economia, como o automobilístico.

Paiva disse que as suspeitas ainda estão em fase de investigação e não foram comprovadas. Ele citou na lista dos investigados o ex-secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, os ex-ministros da Casa Civil Antonio Palocci e Erenice Guerra, o ex-ministro das Minas e Energia Silas Rondeau, bem como o filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva.

Operação Zelotes - A Operação Zelotes, deflagrada há um ano pela Polícia Federal, investiga a existência de um esquema de corrupção no Carf, órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal, e no Congresso, com base em indícios de que teria havido pagamento de propina na aprovação de medidas provisórias que beneficiaram setores da economia com isenções fiscais.

Fonte: Agência Câmara

Falta de saneamento básico foi tema de sessão solene do Congresso

O Congresso Nacional realizou sessão solene para debater o tema da Campanha da Fraternidade de 2016 Casa Comum, Nossa Responsabilidade — o direito à saúde e ao saneamento básico. A campanha é promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e chama a atenção para o momento que o país enfrenta de epidemia de Zika e alerta para os 100 milhões de brasileiros ainda vivem sem serviços básicos de tratamento de esgotos e coleta de lixo. Para o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), falta compaixão nas camadas mais altas da sociedade brasileira com os mais pobres.

Dia Mundial da Água, preocupação com abastecimento do Nordeste permanece

O dia 22 de março foi estabelecido pelas Nações Unidas como o Dia Mundial da Água em 1993, como uma data de reflexão e tomada de medidas para a preservação dos mananciais, o combate à poluição e o uso equilibrado desse recurso natural. No Brasil, uma das maiores preocupações é com a Região Nordeste, onde a maior esperança é o abastecimento com as águas do Rio São Francisco, cada vez mais ameaçado.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)